

LOTERIAS SÃO PAULO

Produto I

Anexo Contrato II Matriz de Risco



Projeto liderado pela NGT, com a consultoria de BetConsult, a assessoria jurídica da Feijó Advocacia, Lenzi Advocacia e Pedro Henrique Braz de Vita, e assessoria financeira da Blue Lagoon. A parte técnica e operacional foi elaborada pelas seguintes empresas: NGT, BIG Brazil, Sga.bet e Marjosports.

ANEXO DO CONTRATO II – MATRIZ DE RISCOS

Riscos	Materialização	Alocação	Mecanismo de mitigação
Técnico e operacional	Gestão da loteria, problemas tecnológicos decorrentes da operação, dificuldades derivadas do planejamento comercial, etc.	Contratada	Aplicação de penalidades e multas, a depender da gravidade.
Investimento e cronograma de operação	Atraso na realização de investimentos e no cumprimento de cronograma contratual.	Contratada	Acompanhamento da realização de investimentos e do cumprimento de cronograma. Aplicação de penalidades e multas, em caso de descumprimento.
Pagamento da outorga	Atraso ou inadimplência no pagamento da outorga devida ao Estado.	Contratada	Exigência de pagamento da outorga como condição para assinatura do contrato.
Repasse das destinações financeiras ao Estado	Atrasou ou inadimplência no repasse de valores devidos ao Estado.	Contratada	Previsão de rescisão contratual em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias.
Demanda	Diminuição ou aumento da demanda por qualquer motivo.	Contratada	
Trabalhista	Descumprimento de normas de trabalho, inclusive e especialmente regras de	Contratada	A CONCESSIONÁRIA deverá observar todas as normas trabalhistas, bem

	<p>segurança do trabalho.</p> <p>Greves dos empregados e colaboradores da Contratada.</p>		<p>como determinações legais e regulamentares quanto à legislação de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados.</p>
Stakeholders da delegação	<p>Necessidade de interface com as entidades e os órgãos públicos, subcontratadas, consumidores e tomadores de serviços da Contratada, bem como com os USUÁRIOS.</p>	Contratada	<p>Apresentação anual de relatórios de auditoria contábil.</p> <p>Adoção de melhores práticas de governança corporativa, especialmente programas de integridade (Compliance).</p>
	<p>Inadimplemento de consumidores ou tomadores de serviço da CONCESSIONÁRIA pelos pagamentos que lhe forem devidos a qualquer título.</p>		

Omissão Poder Concedente e órgãos públicos.	Restrição operacional decorrente de decisão ou omissão de órgãos ou entidades públicos, exceto se decorrente de fato imputável à contratada.	Poder Concedente	Revisão do cronograma contratual e reequilíbrio do contrato, por meio de prorrogação do prazo contratual.
Obtenção de autorização e de licenças.	Atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões de órgãos ou entidades da administração do Estado de São Paulo e/ou dos Municípios.	Poder Concedente.	A demora na obtenção de licenças, permissões e autorizações exigidas para a plena execução do OBJETO, ou mesmo para a exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, por fato imputável ao Poder Público, em nível municipal, estadual ou federal, assim entendida como a demora em prazo superior a 90 (noventa) dias do protocolo do pedido regularmente instruído pela Contratada, ensejará a revisão do contrato ou a exclusão de ilicitude de eventual atraso ou inadimplemento incorrido pela Contratada, de modo a não se

			<p>aplicar a correlata sanção, desde que demonstrada a causalidade, ainda que parcial, entre o atraso ou inadimplemento e a demora na emissão das licenças, permissões e/ou autorizações e a irregularidade da Contratada, sem prejuízo de outras formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da Contratada, caso necessário.</p> <p>O PODER CONCEDENTE deverá colaborar, dentro da sua esfera de competências e observados os termos da legislação pertinente, com a obtenção das licenças e autorizações eventualmente necessárias para a Delegação, junto aos demais órgãos, inclusive com a participação em reuniões técnicas e envio de manifestações necessárias.</p>
Concorrência	Ingresso de novo agente no mercado, legalização de nova modalidade	Contratada	

	de jogos lotéricos ou de azar, início de atividades de lazer que faz concorrência direta, ou indireta, na mesma localização ou em outro Estado ou país.		
Normativos e jurídicos	Alteração de legislação, de regulação ou de entendimento jurisprudencial que tenha impacto direto nas receitas ou despesas do Contrato, relacionados especificamente com a execução das atividades objeto da concessão.	Poder Concedente	Mecanismo de revisão extraordinária para recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira, especialmente mediante prorrogação de prazo contratual.
Econômicos, financeiros e alteração cambial	<p>Custos excedentes relacionados ao objeto do Contrato, ou custos por ela subestimados</p> <p>Variação de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção, investimentos ou qualquer outro custo incorrido na sua atuação.</p> <p>Aumento de custo de capital, variação nas taxas de câmbio e/ou alteração de taxas de juros praticados no mercado.</p>	Contratada	<p>Contratada deve adotar as melhores práticas empresariais e de governança e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.</p> <p>Contratação de seguros pela Contratada.</p>

	<p>Aumento do custo de empréstimos e FINANCIAMENTOS assumidos para a realização de investimentos ou custeio das atividades OBJETO do Contrato.</p> <p>Contratada não apresentar capacidade financeira e/ou de captação de recursos.</p> <p>Custos de ações judiciais de terceiros contra a Contratada ou subcontratadas decorrentes da execução do Contrato, salvo se por fato imputável ao PODER CONCEDENTE.</p>		
Social	<p>Manifestações populares e expedientes judiciais.</p>	Contratada	<p>Contratação, pela CONCESSIONÁRIA, de seguros de riscos operacionais ou riscos nomeados do tipo “todos os riscos”, incluindo, tumulto ou manifestações populares.</p>
Caso fortuito ou força maior	<p>Ocorrência de eventos naturais imprevisíveis e inevitáveis ou atos humanos imprevisíveis e inevitáveis que resultem em onerosidade comprovadamente</p>	<p>Se passível de seguro - Contratada</p> <p>Se não coberto por seguro - Poder Concedente</p>	<p>Para os riscos comprovadamente não cobertos pelo mercado securitário brasileiro e em condições comerciais viáveis, poderá ser aplicado o</p>

	<p>excessiva para qualquer das PARTES ou inviabilizem inequivocamente a continuidade do Contrato.</p>		<p>mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro, mediante prorrogação do contrato preferencialmente, ou extinção da Contrato.</p> <p>A Contratada deverá comunicar ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, impeçam ou venham a impedir a normal execução do Contrato. As PARTES comprometem-se a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR. Contratação de Seguros pela Contratada.</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Interrupção das atividades pela Contratada	Interrupção da exploração dos serviços delegados pela Contratada.	Contratada	Aplicações de sanções previstas no contrato.
Baixa qualidade na prestação dos serviços pela Contratada	Não atender aos padrões de qualidade mínimos na prestação dos serviços.	Contratada	Aplicação de multas e penalidades na hipótese de baixo desempenho.
Revogação unilateral pelo Estado ou encampação	<p>O Estado decide revogar unilateralmente o contrato.</p> <p>Retomada dos serviços por razões de interesse público.</p>	Poder Concedente	O PODER CONCEDENTE poderá promover a retomada dos serviços delegados, nos termos da legislação e após prévio pagamento, às contratadas de indenização, abrangendo especialmente amortização de investimentos.
Inexecução contratual pelo Poder Concedente	Descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando ao descumprimento de prazos a ele aplicáveis nos termos do CONTRATO e/ou na legislação vigente.	Poder Concedente	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira, especialmente por meio da prorrogação do contrato.
Inexecução contratual pela Contratada	Descumprimento, pela Contratada, de suas obrigações contratuais, incluindo, mas não se limitando ao	Contratada	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação

	descumprimento de prazos a ela aplicáveis nos termos do CONTRATO e/ou na legislação vigente		econômico-financeira. Aplicação de sanções.
Caducidade	Extinção do contratado por decretação da sua caducidade	Poder Concedente	A decretação da caducidade do contrato deverá ser precedida de verificação da inadimplência da Contratada em processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.
Rescisão contratual	Extinção do Contrato por descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações	Contratada	Contratada poderá rescindir o CONTRATO no caso de descumprimento das normas contratuais pelo PODER CONCEDENTE, mediante ação judicial especialmente intentada para este fim.
Anulação do contrato	Extinção do Contrato por eventuais ilegalidades verificadas no EDITAL e nos seus ANEXOS, na licitação, no CONTRATO e nos seus ANEXOS	Poder Concedente	PODER CONCEDENTE procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação do montante de indenização eventualmente devida à Contratada, devidamente

			corrigida monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao reajuste, desde a data do investimento até a data do pagamento integral do valor devido.
Alterações unilaterais do contrato e/ou da especificação do objeto.	Alteração nas condições de prestação de serviços e/ou no encargo das partes pelo Poder Concedente.	Poder Concedente.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira, especialmente por meio de prorrogação.
Alteração tributária (fato do príncipe)	<p>Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais que incidam diretamente sobre os serviços prestados pela Contratada, ou sobre o objeto, e cuja criação, alteração ou extinção ocorra após a data de entrega das propostas, com comprovada repercussão direta sobre o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.</p> <p>Majoração da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza</p>	Compartilhado	Procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em favor da Contratada ou do Poder Concedente, conforme o caso.

	(ISS) incidente sobre as atividades objeto do Contrato.		
Responsabilidade civil	Ocorrência de sinistros e danos envolvendo a estrutura material e/ou pessoal da Concessionária.	Contratada.	Contratação de seguro.